

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

INQUIETAÇÕES E PROPOSITURAS NA FORMAÇÃO DOCENTE

Atena
Editora
Ano 2019

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Inquietações e Proposituras na Formação Docente

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

| Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG) | |
|---|--|
| 158 | <p>Inquietações e proposituras na formação docente [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-381-1 DOI 10.22533/at.ed.811191106</p> <p>1. Educação – Pesquisa – Brasil. 2. Professores – Formação. 3. Prática de ensino. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. CDD 370.71</p> |
| Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422 | |

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Não há Educação sem História. Não há História sem Memória Ciência, sem História e Memória. Quase sempre deforma. Vejo-me entre crianças, sentindo-me professor, num barracão de chão batido, coberto de palha, no fundo do quintal, de onde era minha casa, no meu sempre, no meu mundo, no meu tudo, Parintins... [...] Saibamos construir nossa história. Saibamos semear nas memórias Daqueles que estão Daqueles que ainda virão... O pouco que fazemos O pouco que pensamos. O pouco que sentimos. O pouco que vemos... Neste percurso Que falseia o espaço. Que falseia o tempo... Agora é a hora! Este é o momento! Que todos, avancemos! (Amarildo Menezes Gonzaga/2012). Se as coisas são inatingíveis... ora! Não é motivo para não querê-las... Que tristes os caminhos, se não fora a presença distante das estrelas! (Mário Quintana, 1951) O trecho extraído do poema “Das utopias”, de Mário Quintana, é um convite para mantermos viva a utopia, pois uma sociedade sem utopia é uma sociedade sem sonhos e esperanças. Entendemos que, para discutir essa questão, torna-se necessário, inicialmente, evidenciar a indiscutível importância do acervo de conhecimentos historicamente acumulados e sistematizados na orientação ou reorientação do fazer pedagógico. No momento atual, constatamos um processo contínuo de fluxo e refluxo, um movimento incessante que caracteriza não apenas o mundo físico, mas também os domínios educacionais, psicológicos, sociais, políticos e culturais presentes no mundo. Sendo assim, urge um repensar sobre fenômenos educacionais, uma vez que o contexto teórico existente e disponível se apresenta insuficiente para responder aos problemas mais prementes ou solucioná-los. Nesse sentido, novos debates, novas ideias, novas articulações, novas buscas e novas reconstruções, fundadas em novas concepções, ou seja, novas formas de pensamento revelam a maneira de olharmos a realidade como um todo e não como uma única forma de entendermos o mundo circundante, ante a insatisfação com os modelos predominantes de explicação para as questões emergentes no âmbito educacional. Em contraposição a essa prática, Freire (1997: 21) defende que a educação compreende um espaço privilegiado para se problematizar os condicionamentos históricos, partindo do pressuposto de que “somos seres condicionados mas não determinados; ou ainda que, a história é tempo de possibilidade, (...) o futuro é problemático e não inexorável”. Sendo assim, não podemos mais conceber que, na orientação da formação dos profissionais da área educacional, haja uma predominância de tendências paradigmáticas da educação, que tenham por finalidade principal o domínio por parte do futuro profissional de conhecimentos fechados, acabados, transmitidos através de uma metodologia que exacerba a aula expositiva como técnica de ensino e considera a prova como ferramenta para aprovar ou reprovar o aluno. Essa prática revela, por um lado, a ineficiência do ensino e, por outro, o lado cruel da escola, que, muitas vezes, penaliza os excluídos socioculturalmente, estigmatizando-os e aprofundando a distância entre prática profissional e produção do conhecimento científico. Em síntese,

a formação do professor deve ser compreendida para além do simples treinamento em destrezas, na perspectiva de torná-lo sujeito do processo de (re) construção do saber. No artigo (IN) DISCIPLINA: PERSPECTIVAS DOCENTES E DISCENTES NO ENSINO SUPERIOR, as autoras Aparecida Silvério ROSA e Fernanda Telles MÁRQUES buscam analisar comparativamente os entendimentos de alunos e de professores de um curso superior acerca da questão da indisciplina em referido nível de ensino. No artigo A ÉTICA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA, os autores Patrício Ceretta E Luiz Gilberto Kronbauer buscam tratar da importância da Ética na formação de professores, identificando espaços dedicados ao estudo de ética ao longo dos Cursos e refletindo sobre a incidência da Ética na prática docente. No artigo A MÚSICA E A FOTOGRAFIA COMO RECURSOS PEDAGÓGICOS NO ENSINO DE HISTÓRIA: UMA EXPERIÊNCIA NOS ANOS INICIAIS, as autoras Magda Miranda de Assís Cruz e Magda Madalena Peruzin Tuma buscam trazer uma experiência do Ensino de História local realizada em uma escola pública, que, como campo do Estágio Curricular Obrigatório nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (2016). No artigo A POLÍTICA DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DE POLOS DE APOIO PRESENCIAL DA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL, busca tratar da política de institucionalização de polos de apoio presencial do sistema Universidade Aberta do Brasil. No artigo APRENDENDO A PENSAR: FILOSOFAR A PARTIR DA LITERATURA, os autores Pâmela Bueno Costa e Samon Noyama buscam fazer uma provocação quanto a um tema legítimo da filosofia, que já foi motivo de especulação de filósofos na antiguidade grega e, com devido destaque, na filosofia europeia do final do século XVIII: a relação entre filosofia e literatura. No artigo AULA PRÁTICA DE GEOGRAFIA, HISTÓRIA, BIOLOGIA, ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA DO MATO GROSSO DO SUL: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA ALUNOS DO ENSINO MÉDIO E A IMPORTÂNCIA DA SALA DE AULA SEM PAREDES, as autoras Juliana Cristina Ribeiro da Silva e Patricia Helena Mirandola Garcia as autoras buscam apresentar o resultado de uma aula prática de Geografia, História, Biologia, Antropologia e Arqueologia do Mato Grosso do Sul realizada em um sítio arqueológico com figuras rupestres datadas de aproximadamente 3.000 anos. No artigo AUTOFORMAÇÃO DOCENTE E REFLEXÕES SOBRE VIVÊNCIAS ESCOLARES, as autoras Natália Lampert Batista, Tascieli Feltrin, Elsbeth Léia Spode Becker buscam refletir o processo dinâmico e inquietador de se autotransformar pela docência é algo complexo e extremamente necessário à atuação docente em suas diversas práticas, sejam elas coletivas, sociais ou subjetivas. No artigo CRIATIVIDADE E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: ESTRATÉGIAS PARA O ENSINO SUPERIOR, as autoras Elisabeth Mary de Carvalho Baptista e Iracilde Maria de Moura Fé Lima, buscam propor estratégias para serem aplicadas em sala de aula, nas disciplinas dessa área, buscando possibilitar o desenvolvimento da criatividade dos alunos, contribuindo para uma maior eficiência do processo ensino- aprendizagem na construção do conhecimento. No artigo EDUCAÇÃO E MORALIDADE: PILARES PARA A FORMAÇÃO HUMANA SOB A PERSPECTIVA DO DISCURSO PEDAGÓGICO DA

MODERNIDADE À CONTEMPORANEIDADE, os autores Sônia Pinto De Albuquerque Melo e Elza Ferreira Santos buscam discutir sobre a educação e a moralidade postas como instrumentos importantes à formação humana, a partir do discurso pedagógico da Modernidade, Contemporaneidade, Oitocentos e século XX.

No artigo ENSINO DA LÍNGUA FRANCESA E POLÍTICAS PÚBLICAS, a autora Ana Paula Guedes, busca analisar como se compreende o resgate das decisões políticas acerca do ensino de língua estrangeira no Paraná e no Brasil. No artigo ENTRE SONS, LUZES E CORES: UM OLHAR SENSÍVEL DA PRÁTICA DOCENTE NO AMBIENTE MULTIETÁRIO DA UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL IPÊ AMARELO as autoras Paula Adriana Rodrigues e Stéfani Martins Fernandes buscam relatar a experiência e o olhar de uma professora da Instituição por meio da prática desenvolvida e uma das suas vivências numa das turmas de multi-idade com crianças de um ano e meio a cinco anos e onze meses. No artigo FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: AÇÕES EXERCIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LONDRINA, os autores Eromi Izabel Hummel e Mara Silvia Spurio buscam apresentar a formação dos professores que atuam no Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Secretaria Municipal de Educação de Londrina. No artigo FORMAÇÃO DE PROFESSORES: O PIBID ENQUANTO POSSIBILIDADE DE APROXIMAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA, os autores Leni Hack e Robson Alex Ferreira buscam apresentar as reflexões sobre a formação de professores/as de Educação Física e as possibilidades de aproximação entre a Universidade e as Escolas parceiras no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID. No artigo GINÁSTICA NA ESCOLA: INTERVENÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA NA VISÃO DOS BOLSISTAS PIBID, os autores Hitalo Cardoso Toledo, Jéssica Hernandes Vizu Silva, Ângela Pereira Teixeira Victoria Palma, buscam relatar a experiência do pibidiano/professor de Educação Física no ensino do conteúdo ginástica para estudantes do ensino fundamental I. No artigo JOGOS DE CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO, as autoras Nakita Ani Guckert Marquez e Dalva Maria Alves Godoy buscam apresentar algumas reflexões acerca da importância dos jogos de consciência fonológica para o processo inicial de alfabetização. No artigo METODOLOGIAS ATIVAS NO ENSINO SUPERIOR: AVANÇOS E DESAFIOS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DOCENTE E NA APRENDIZAGEM DE ESTUDANTES, os autores Robinalva Ferreira, Marília Morosini, Pricila Kohls dos Santos, Luisa Cerdeira buscam analisar os avanços e desafios na prática pedagógica docente e na aprendizagem de estudantes universitários após a utilização de Metodologias Ativas (MAs), na percepção de professores. No artigo M-LEARNING E SALA DE AULA INVERTIDA: CONSTRUÇÃO DE UM MODELO PEDAGÓGICO (ML-SAI) os autores Ernane Rosa Martins e Luís Manuel Borges Gouveia, buscam apresentar uma proposta de um modelo pedagógico direcionado para atividades de m-learning (mobile learning), fundamentado na teoria da Sala de Aula Invertida (SAI), denominado de ML- SAI. No artigo O CARÁTER DIALÓGICO DO

PENSAMENTO REFLEXIVO, os autores Éllen Patrícia Alves Castilho e Darcísio Natal Muraro, buscam analisar, com base em John Dewey e Matthew Lipman, as relações entre diálogo e pensamento reflexivo na constituição do que chamamos de experiência de pensamento. No artigo O CARÁTER DIALÓGICO DO PENSAMENTO REFLEXIVO, os autores Éllen Patrícia Alves Castilho e Darcísio Natal Muraro, buscam analisar, com base em John Dewey e Matthew Lipman, as relações entre diálogo e pensamento reflexivo na constituição do que chamamos de experiência de pensamento. No artigo O ENSINO DE LÍNGUAS NO PROGRAMA DE ESCOLARIZAÇÃO HOSPITALAR DO PARANÁ (SAREH): DISCUSSÕES SOBRE CURRÍCULO, os autores Itamara Peters, Eliana Merlin Deganutti de Barros, buscam investigar as práticas de letramento escolar realizadas no SAREH. No artigo OS DESAFIOS E ENCANTAMENTOS DO ESTÁGIO DOCENTE DE LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO FUNDAMENTAL II, a autoras Analice dos Santos Lima e Luciene Maria Patriota buscam relatar, descrever e analisar, o estudo com o gênero História em Quadrinhos na sala de aula. No artigo POLÍTICAS EDUCACIONAIS E TRABALHO DOCENTE NA ESCOLA PÚBLICA: ELEMENTOS PARA PENSAR A ATUALIDADE DO TEMA NO BRASIL, a autora Susana Schneid Scherer, busca assinalar alguns reflexos das políticas educacionais em vigência sobre os docentes públicos escolares brasileiros. No artigo REFLEXOS DA FINANCEIRIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO PARA O TRABALHADOR DOCENTE, as autoras Rafaelle Sanches Cutrim e Denise Bessa Léda realizam um estudo em fase inicial sobre as repercussões da financeirização do ensino superior privado na dinâmica prazer e sofrimento do trabalhador docente, a partir de uma instituição de ensino superior pertencente a um grande conglomerado educacional no Maranhão. No artigo SIGNIFICADOS DOS PROCESSOS EDUCATIVOS: UMA ANÁLISE A PARTIR DO OLHAR DOS JOVENS a autora Mônica Tessaro realiza um recorte de minha pesquisa de Mestrado, sendo que o objetivo geral foi investigar em que medida os processos educativos desenvolvidos na escola favorecem a estruturação do foreground dos jovens estudantes do nono ano do Ensino Fundamental. No artigo TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: LIMITES E POSSIBILIDADES SOB O OLHAR DOS DOCENTES a autora Adriana dos Santos busca discutir sobre a utilização de TD no âmbito das práticas pedagógicas da disciplina de Educação Física Escolar. No artigo INQUIETUDES NO OLHAR DE GESTORES ESCOLARES SOBRE A EDUCAÇÃO SEXUAL os autores Solange Aparecida de Souza Monteiro, Paulo Rennes Marçal Ribeiro, João Guilherme de Carvalho Gattás Tannuri buscam com este estudo identificar a percepção de gestores de escolas públicas sobre a educação sexual em instituições públicas escolares. No artigo: ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA A PESSOA COM PARALISIA CEREBRAL: ADAPTAÇÕES QUE FAVORECEM O ACESSO AO TEXTO ESCRITO as autoras : Adriana Moreira de Souza Corrêa e Josefa Martins de Sousa constitui em uma pesquisa bibliográfica, com objetivo apresentar tecnologias de baixo custo que favorecem o trabalho do professor de Língua Portuguesa no ensino das pessoas com Paralisia Cerebral.

E no artigo: LITOTECA COMO FERRAMENTA DE ENSINO NA EDUCAÇÃO BÁSICA PROFISSIONALIZANTE os autores : Allan Charlles Mendes de Sousa, Marcos Bohrer, Cláudia Fátima Kuiawinski, Emilly Karine Ferreira e Gisele Canal Masier trata da apresentação de um projeto que propôs a construção de uma Litoteca - acervo catalogado de minerais e fragmentos de rochas - como uma ferramenta pedagógica a ser utilizada no curso técnico de Agropecuária integrado ao ensino médio do Instituto Federal Catarinense Campus Videira.

Solange Aparecida de Souza

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| CAPÍTULO 1 | 1 |
| (IN) DISCIPLINA: PERSPECTIVAS DOCENTES E DISCENTES no ENSINO SUPERIOR | |
| Aparecida Silvério Rosa Fernanda Telles Márques | |
| DOI 10.22533/at.ed.8111911061 | |
| CAPÍTULO 2 | 13 |
| A ÉTICA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA | |
| Patrício Ceretta Luiz Gilberto Kronbauer | |
| DOI 10.22533/at.ed.8111911062 | |
| CAPÍTULO 3 | 21 |
| A MÚSICA E A FOTOGRAFIA COMO RECURSOS PEDAGÓGICOS NO ENSINO DE HISTÓRIA: UMA EXPERIÊNCIA NOS ANOS INICIAIS | |
| Magda Miranda de Assis Cruz Magda Madalena Peruzin Tuma | |
| DOI 10.22533/at.ed.8111911063 | |
| CAPÍTULO 4 | 32 |
| A POLÍTICA DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DE POLOS DE APOIO PRESENCIAL DA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL | |
| Tânia Barbosa Martins | |
| DOI 10.22533/at.ed.8111911064 | |
| CAPÍTULO 5 | 45 |
| APRENDENDO A PENSAR: FILOSOFAR A PARTIR DA LITERATURA | |
| Pâmela Bueno Costa Samon Noyama | |
| DOI 10.22533/at.ed.8111911065 | |
| CAPÍTULO 6 | 55 |
| AULA PRÁTICA DE GEOGRAFIA, HISTÓRIA, BIOLOGIA, ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA DO MATO GROSSO DO SUL: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA ALUNOS DO ENSINO MÉDIO E A IMPORTÂNCIA DA SALA DE AULA SEM PAREDES | |
| Juliana Cristina Ribeiro da Silva Patricia Helena Mirandola Garcia | |
| DOI 10.22533/at.ed.8111911066 | |
| CAPÍTULO 7 | 67 |
| AUTOFORMAÇÃO DOCENTE E REFLEXÕES SOBRE VIVÊNCIAS ESCOLARES | |
| Natália Lampert Batista Tascieli Feltrin Elsbeth Léia Spode Becker | |
| DOI 10.22533/at.ed.8111911067 | |

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO 8 | 82 |
| CRIATIVIDADE E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: ESTRATÉGIAS PARA O ENSINO SUPERIOR | |
| Elisabeth Mary de Carvalho Baptista Iracilde Maria de Moura Fé Lima | |
| DOI 10.22533/at.ed.8111911068 | |
| CAPÍTULO 9 | 96 |
| EDUCAÇÃO E MORALIDADE: PILARES PARA A FORMAÇÃO HUMANA SOB A PERSPECTIVA DO DISCURSO PEDAGÓGICO DA MODERNIDADE À CONTEMPORANEIDADE | |
| Sônia Pinto De Albuquerque Melo Elza Ferreira Santos | |
| DOI 10.22533/at.ed.8111911069 | |
| CAPÍTULO 10 | 113 |
| ENSINO DA LÍNGUA FRANCESA E POLÍTICAS PÚBLICAS | |
| Ana Paula Guedes | |
| DOI 10.22533/at.ed.81119110610 | |
| CAPÍTULO 11 | 121 |
| ENTRE SONS, LUZES E CORES: UM OLHAR SENSÍVEL DA PRÁTICA DOCENTE NO AMBIENTE MULTIETÁRIO DA UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL IPÊ AMARELO | |
| Paula Adriana Rodrigues Stéfani Martins Fernandes | |
| DOI 10.22533/at.ed.81119110611 | |
| CAPÍTULO 12 | 131 |
| FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: AÇÕES EXERCIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LONDRINA | |
| Eromi Izabel Hummel Mara Silvia Spurio | |
| DOI 10.22533/at.ed.81119110612 | |
| CAPÍTULO 13 | 144 |
| FORMAÇÃO DE PROFESSORES: O PIBID ENQUANTO POSSIBILIDADE DE APROXIMAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA | |
| Leni Hack Robson Alex Ferreira | |
| DOI 10.22533/at.ed.81119110613 | |
| CAPÍTULO 14 | 153 |
| GINÁSTICA NA ESCOLA: INTERVENÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA NA VISÃO DOS BOLSISTAS PIBID | |
| Hitalo Cardoso Toledo Jéssica Hernandez Vizu Silva Ângela Pereira Teixeira Victoria Palma | |
| DOI 10.22533/at.ed.81119110614 | |
| CAPÍTULO 15 | 159 |
| JOGOS DE CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO | |
| Nakita Ani Guckert Marquez Dalva Maria Alves Godoy | |
| DOI 10.22533/at.ed.81119110615 | |

| | |
|--|------------|
| CAPÍTULO 16 | 170 |
| METODOLOGIAS ATIVAS NO ENSINO SUPERIOR: AVANÇOS E DESAFIOS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DOCENTE E NA APRENDIZAGEM DE ESTUDANTES | |
| Robinalva Ferreira Marília Morosini Pricila Kohls dos Santos Luisa Cerdeira | |
| DOI 10.22533/at.ed.81119110616 | |
| CAPÍTULO 17 | 184 |
| M-LEARNING E SALA DE AULA INVERTIDA: CONSTRUÇÃO DE UM MODELO PEDAGÓGICO (ML-SAI) | |
| Ernane Rosa Martins Luís Manuel Borges Gouveia | |
| DOI 10.22533/at.ed.81119110617 | |
| CAPÍTULO 18 | 193 |
| O CARÁTER DIALÓGICO DO PENSAMENTO REFLEXIVO | |
| Éllen Patrícia Alves Castilho Darcísio Natal Muraro | |
| DOI 10.22533/at.ed.81119110618 | |
| CAPÍTULO 19 | 201 |
| O ENSINO DE LÍNGUAS NO PROGRAMA DE ESCOLARIZAÇÃO HOSPITALAR DO PARANÁ (SAREH): DISCUSSÕES SOBRE CURRÍCULO | |
| Itamara Peters Eliana Merlin Deganutti de Barros | |
| DOI 10.22533/at.ed.81119110619 | |
| CAPÍTULO 20 | 215 |
| OS DESAFIOS E ENCANTAMENTOS DO ESTÁGIO DOCENTE DE LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO FUNDAMENTAL II | |
| Analice dos Santos Lima Luciene Maria Patriota | |
| DOI 10.22533/at.ed.81119110620 | |
| CAPÍTULO 21 | 224 |
| POLÍTICAS EDUCACIONAIS E TRABALHO DOCENTE NA ESCOLA PÚBLICA: ELEMENTOS PARA PENSAR A ATUALIDADE DO TEMA NO BRASIL | |
| Susana Schneid Scherer | |
| DOI 10.22533/at.ed.81119110621 | |
| CAPÍTULO 22 | 236 |
| REFLEXOS DA FINANCEIRIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO PARA O TRABALHADOR DOCENTE | |
| Rafaelle Sanches Cutrim Denise Bessa Léda | |
| DOI 10.22533/at.ed.81119110622 | |

| | |
|--|------------|
| CAPÍTULO 23 | 250 |
| SIGNIFICADOS DOS PROCESSOS EDUCATIVOS: UMA ANÁLISE A PARTIR DO OLHAR DOS JOVENS | |
| Mônica Tessaro | |
| DOI 10.22533/at.ed.81119110623 | |
| CAPÍTULO 24 | 264 |
| TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: LIMITES E POSSIBILIDADES SOB O OLHAR DOS DOCENTES | |
| Adriana dos Santos | |
| DOI 10.22533/at.ed.81119110624 | |
| CAPÍTULO 25 | 276 |
| INQUIETUDES NO OLHAR DE GESTORES ESCOLARES SOBRE A EDUCAÇÃO SEXUAL | |
| Solange Aparecida de Souza Monteiro | |
| Paulo Rennes Marçal Ribeiro | |
| João Guilherme de Carvalho Gattás Tannuri | |
| DOI 10.22533/at.ed.81119110625 | |
| CAPÍTULO 26 | 285 |
| ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA A PESSOA COM PARALISIA CEREBRAL: ADAPTAÇÕES QUE FAVORECEM O ACESSO AO TEXTO ESCRITO | |
| Adriana Moreira de Souza Corrêa | |
| Josefa Martins de Sousa | |
| DOI 10.22533/at.ed.81119110626 | |
| CAPÍTULO 27 | 295 |
| LITOTECA COMO FERRAMENTA DE ENSINO NA EDUCAÇÃO BÁSICA PROFISSIONALIZANTE | |
| Allan Charles Mendes de Sousa | |
| Marcos Bohrer | |
| Cláudia Fátima Kuiawinski | |
| Emilly Karine Ferreira | |
| Gisele Canal Masiero | |
| DOI 10.22533/at.ed.81119110627 | |
| SOBRE A ORGANIZADORA | 302 |

O ENSINO DE LÍNGUAS NO PROGRAMA DE ESCOLARIZAÇÃO HOSPITALAR DO PARANÁ (SAREH): DISCUSSÕES SOBRE CURRÍCULO

Itamara Peters

Universidade Estadual do Norte do Paraná -
Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS)
– Cornélio Procópio – Paraná.

Eliana Merlin Deganutti de Barros

Universidade Estadual do Norte do Paraná -
Departamento de Letras – Cornélio Procópio –
Paraná.

RESUMO: Esta pesquisa trata-se de um recorte do trabalho de conclusão do Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS) desenvolvido na Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), cuja finalidade foi a de investigar as práticas de letramento escolar realizadas no SAREH. O objetivo desta proposta é analisar e compreender a seleção dos objetos de ensino e a metodologia utilizada por professores da área de Códigos e Linguagem que atuam como docentes de Língua Portuguesa na educação hospitalar do Paraná, para propor uma orientação teórico-metodológica aos professores do referido programa. A pesquisa baseia-se na metodologia de abordagem qualitativa, pautada no estudo de caso, utilizando um instrumento de coleta de dados pré-definido (questionário) que foi aplicado em 09 (nove) unidades hospitalares conveniadas com a Secretaria Estadual de Educação. A pesquisa coletou respostas de

10 (dez) professores da área de Códigos e Linguagem que apresentam diferentes formações acadêmicas para a atuação no ensino de Língua Portuguesa. Para embasar as análises, o trabalho apoia-se nas discussões sobre currículo de Apple (1982, 2004); Silva (2000); Moreira e Candau (2003); Gomes (2007) entre outros, cujos estudos apontam para um olhar crítico sobre o currículo e os desdobramentos das escolhas curriculares no processo educativo. Diante das análises feitas, entende-se que construir um currículo para a criança e adolescente da educação hospitalar é trabalhar numa relação triangular entre o currículo específico da educação hospitalar, o currículo encaminhado pela escola de origem (oficialmente prescrito) e o currículo que emerge das práticas sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Currículo, educação hospitalar, ensino de línguas.

ABSTRACT: This research is a study of the conclusion of the Professional Master's Degree in Literature (PROFLETRAS) developed at the State University of Northern Paraná (UENP), whose purpose is to investigate the school literacy practices carried out in SAREH and to produce theoretical-methodological orientations to subsidize the code and language area of this program. The objective of this proposal is to analyze and understand the selection of teaching

objects and the methodology used by teachers of the area of Codes and Language that act as Portuguese language teachers in the hospital education of the SAREH program, to propose a theoretical and methodological orientation to the teachers of the Program. The research is based on the methodology of a qualitative approach, based on the case study, using a pre-defined data collection instrument (questionnaire) that was applied in 09 (nine) hospital units agreed with the State Department of Education of Paraná, The research collected responses from 10 (ten) teachers from the area of Codes and Language that present different academic formations for the teaching of Portuguese Language. To base the analyzes, the work is based on discussions about Apple's curriculum (1982, 2004); Silva (2000); Moreira and Candau (2003), Gomes (2007), among others, whose studies point to a critical look at the curriculum and the unfolding of curricular choices in the educational process. In addition to the curricular conceptualization in hospital education, there is a need to understand the curricular adaptation processes proposed by the guiding documents of special and inclusive education and the curricular discussions in hospital schooling presented by Covic and Oliveira (2011). Considering the analyzes made, it is understood that to construct a curriculum for the child and adolescent of the hospital education is to work in a triangular relation between the specific curriculum of the hospital education, the curriculum sent by the school of origin (officially prescribed) and the curriculum that emerges from the Social practices.

KEYWORDS: Curriculum, hospital education, teaching language.

1 | INTRODUÇÃO

O presente texto visa analisar e compreender os conteúdos de Língua Portuguesa que são mobilizados no processo de letramento do estudante em tratamento de saúde atendido pelo programa de escolarização hospitalar no Paraná; e propor orientações curriculares para esse contexto de ensino. Neste estudo discutimos os aspectos do currículo nas aulas de língua buscando a compreensão dos conceitos e das teorias sobre currículo que são mais adequadas considerando o espaço da educação de crianças e adolescentes hospitalizados.

Apresentamos brevemente o Serviço de Atendimento a Rede de Escolarização Hospitalar – SAREH, para possibilitar a compreensão e a situação contextual, na sequência trazemos um resumo da metodologia de pesquisa utilizada, para na continuidade do texto apresentar os aspectos do currículo que nos levam ao debate e tecer algumas considerações sobre a nossa compreensão de currículo na escolarização hospitalar.

2 | CENÁRIO DA PESQUISA: O SAREH – SERVIÇO DE ATENDIMENTO A REDE DE ESCOLARIZAÇÃO HOSPITALAR

O Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar – SAREH – é compreendido como um programa de inclusão educacional, criado pelo governo do Estado do Paraná em 2007, por meio da Secretaria de Estado da Educação, com o foco de dar continuidade ao processo educativo formal, em ambiente diferenciado, especificamente o ambiente hospitalar. Tem o objetivo de assegurar às crianças, adolescentes, jovens e adultos, o cumprimento do princípio da universalização e do acesso à educação, bem como os preceitos constitucionais da educação como direito social e dever do Estado. Visa atender os educandos em seu direito de aluno e dar continuidade ao seu processo educacional de forma singular e diferenciada. O SAREH teve início em 2005, com a pesquisa da Professora Cintia Vernizi Adachi de Menezes, e com um levantamento realizado pela Secretaria Estadual de Educação junto aos 27 Estados e Distrito Federal em busca de informações sobre a existência de programas de classes hospitalares e suas organizações. Atualmente o SAREH está presente na modalidade de educação hospitalar em sete (7) núcleos do estado: Curitiba, Londrina, Cascavel, Maringá, Paranaguá União da Vitória, Ponta Grossa e Área Metropolitana Sul. Com atendimento em dezoito locais diferentes, sendo quatorze hospitais, três clínicas e uma casa de apoio. Dos dezoito locais de atendimento do SAREH na modalidade de Educação Hospitalar, oito (08) encontram-se em Curitiba.

3 | PÚBLICO DA PESQUISA: O PROFESSOR DA ÁREA DE LINGUAGENS DO SAREH

O professor da área de linguagem no SAREH é responsável por um conjunto de disciplinas: língua portuguesa, línguas estrangeiras, arte e educação física. Ele é selecionado de acordo com as normas gerais do processo que não contemplam conhecimentos específicos de nem uma disciplina da área de linguagem. Assim, para ser professor da área de linguagem o professor pode ser formado em qualquer uma das disciplinas que compõe a área e atuar tranquilamente com os conteúdos dessas disciplinas.

4 | METODOLOGIA

A pesquisa baseia-se na metodologia de abordagem qualitativa, pautada no estudo de caso que utiliza instrumento de coleta de dados pré-definido (questionário) que foi aplicado em 09 (nove) unidades hospitalares conveniadas com a Secretaria Estadual de Educação do Paraná, coletando respostas de 12 (doze) professores da área de códigos e linguagem. A análise dos questionários foi feita com base na análise

de conteúdo proposta por Bardin (2011).

5 | O OLHAR SOBRE O CURRÍCULO

Pensando no modo como os estudos sobre currículo se organizam e se constituem temos algumas linhas teóricas que vão surgindo quando o termo se estabelece no campo educacional e passa a ser objeto de estudo em especial de estudo relacionado à educação.

Historicamente, a cultura curricular tem privilegiado uma forma mecânica e instrumental de organização dos saberes. A lógica disciplinar que hierarquiza e fragmenta o conhecimento, limita a possibilidade de uma aprendizagem analítica, crítica e, portanto, significativa.

Para que ocorram mudanças na forma de organizar o conhecimento na escola, é imprescindível que toda ação educativa esteja voltada aos educandos. É preciso rever a cultura escolar em seus aspectos limitadores como, por exemplo, nas práticas formais de planejamento que desconsideram os aspectos dinâmico e concreto do ensino e da aprendizagem, nas aulas distanciadas da realidade de referência do educando, nas práticas de avaliação coercitivas e burocráticas, na ausência de interlocução entre a escola e a comunidade, dentre outras.

Entendido como seleção da cultura, processo ordenador da socialização do conhecimento que engloba toda ação pedagógica, o currículo é o principal elemento de mediação da prática dos educadores e educandos. Por isso, a organização dos espaços, dos tempos escolares e da ação pedagógica deve ser objeto de reflexão entre os educadores e educandos para que o currículo seja significativo.

[...] currículo... conjunto de conhecimentos ou matérias a serem superadas pelo aluno dentro de um ciclo - nível educativo ou modalidade de ensino é a acepção mais clássica e desenvolvida; o currículo como programa de atividades planejadas, devidamente sequencializadas, ordenadas metodologicamente tal como se mostram num manual ou num guia do professor, o currículo como resultados pretendidos de aprendizagem; o currículo como concretização do plano reprodutor para a escola de determinada sociedade, contendo conhecimentos, valores e atitudes; o currículo como experiência recriada nos alunos por meio da qual podem desenvolver-se; o currículo como tarefa e habilidade a serem dominadas como é o caso da formação profissional; o currículo como programa que proporciona conteúdos e valores para que os alunos melhorem a sociedade em relação à reconstrução social da mesma. (SACRISTÁN, 2000, p. 14).

Ao pensar cultura e currículo torna-se fundamental entender que os currículos não são conteúdos prontos a serem passados aos alunos, mas sim que são, como afirma Sacristan (2000), uma construção e seleção de conhecimentos e práticas produzidas em contextos concretos e em dinâmicas sociais, políticas e culturais, intelectuais e pedagógicas. É preciso também compreender que a cultura é por si só diversificada, mista e complexa e que se constrói junto com o processo educativo do qual faz parte. Ao pensar em um currículo ligado à cultura é importante discutir: o que é? Para que

serve? A quem se destina? Como se constrói? Como se implementa um currículo? Isso, para que tenhamos uma produção mais coerente com a cultura local e com ideal de educação que se quer trabalhar.

É necessário por parte da escola e do sistema educacional uma reflexão para quem, o que, por que e como ensinar, reconhecendo interesses, diversidades, diferenças sociais e, ainda, a história cultural e pedagógica de nossas escolas. Além disso, é preciso a compreensão de que as diferenças são também construídas pelos sujeitos sociais ao longo do processo histórico e cultural, nos processos de adaptação do homem e da mulher ao meio social e no contexto das relações de poder.

Na visão de Gomes (2007), as discussões sobre currículo incorporam, com maior ou menor ênfase, debates sobre os conhecimentos escolares, os procedimentos pedagógicos, as relações sociais, os valores e as identidades dos nossos alunos e alunas. E isso faz com que tenhamos algo mais próximo de uma educação real que seja capaz de abarcar as diferenças locais, suas dificuldades e criar assim novas possibilidades para uma determinada comunidade.

Ainda de acordo com Gomes (2007, p. 27),

Há uma nova sensibilidade nas escolas públicas, sobretudo, para a diversidade e suas múltiplas dimensões na vida dos sujeitos. Sensibilidade que vem se traduzindo em ações pedagógicas de transformação do sistema educacional em um sistema inclusivo, democrático e aberto à diversidade.

Logo, pensar num currículo cultural é pensar também numa escola inclusiva e mais humana na qual as relações com as diferenças acontecem na prática e todos aprendem a respeitar e crescer com o que há de diferente no outro. Moreira e Candau (2003) deixam claro no texto escrito ao Ministério de Educação e Cultura que o compartilhar de diferentes culturas em um mesmo espaço é uma possibilidade riquíssima de crescimento, aprimoramento e aprendizagens.

Quando um grupo compartilha uma cultura, compartilha um conjunto de significados, construídos, ensinados e aprendidos nas práticas de utilização da linguagem. A palavra cultura implica, portanto, o conjunto de práticas por meio das quais significados são produzidos e compartilhados em um grupo (MOREIRA; CANDAU, 2003, p. 27).

Para Moreira e Candau (2003, p.161),

A escola sempre teve dificuldade em lidar com a pluralidade e a diferença. Tende a silenciá-las e neutralizá-las. Sente-se mais confortável com a homogeneização e a padronização. No entanto, abrir espaços para a diversidade, a diferença e para o cruzamento de culturas constitui o grande desafio que está chamada a enfrentar.

Sendo assim, pensar e refletir sobre o currículo, a cultura e a educação é tê-los como tema central nos projetos político-pedagógicos das escolas e nas propostas dos sistemas de ensino, assim como nas pesquisas, na teoria pedagógica e na formação inicial e permanente dos docentes.

Tais pensamentos nos indicam que currículo seja pensado como arena de produção cultural, para além das distinções entre produção e implementação, entre

formal e vivido, entre cultura escolar e cultura da escola. Assim, deve-se compreender o currículo como espaço-tempo de fronteira cultural e a cultura como lugar de enunciação têm implicações na forma como concebemos o poder e, obviamente, nas maneiras que criamos para lidar com ele. Desse modo, o currículo não é neutro e deve ser compreendido em suas três dimensões: currículo formal ou prescrito, currículo vivo ou real e currículo oculto.

O currículo formal tem suas bases assentadas na regulação prévia estabelecida seja pela escola, seja pelo sistema educacional. É o que se prescreve como intenção na formação dos indivíduos. É, em resumo, um conjunto de prescrições geradas pelas diretrizes curriculares, produzidas âmbito nacional, nas secretarias estaduais e na própria escola, com base nos documentos oficiais, nas propostas pedagógicas e nos regimentos escolares.

O currículo real ou vivo apontado por Libaneo (2004) é aquele que acontece na sala de aula, produz e reproduzem usos e significados, por vezes, distintos das intenções pré-determinadas no currículo formal. Quando pensamos neste tipo de currículo o entendemos como uma organização do currículo formal, ou seja, ele constituísse na interpretação que os agentes envolvidos constroem juntos, é em suma a ligação entre o currículo formal e as experiências dos professores e alunos no cotidiano da escola. É nele que se explicitam, com maior nitidez, as visões de mundo e as ações dos diferentes sujeitos da prática educativa no espaço escolar.

O currículo oculto proposto por Apple (1982) é inerente a toda e qualquer ação pedagógica que media a relação entre educador e educando no cotidiano escolar, sem estar, contudo, explicitado no currículo formal. Desde a organização do horário das aulas, a organização da entrada dos educandos na escola, os métodos, as ideologias, a organização do espaço e do tempo, bem como todas as atividades que, direta ou indiretamente disciplinam, regularizam por meio de normas as atitudes, os valores e os comportamentos dos educados.

A expressão “currículo oculto” surge pela primeira vez na fala de Philip Jackson, um educador americano, em seu livro *Life in Classrooms* para referir-se às “características estruturais da sala de aula que contribuíam para o processo de socialização” (JACKSON, 1968). Mas, a origem da noção de currículo oculto, é anterior, pois já em 1938, John Dewey referindo-se a uma “aprendizagem colateral” de atitudes que ocorre de modo simultâneo ao currículo explícito faz menção ao termo. Surge então a ideia de que o currículo escolar é concretizado de duas maneiras, a explícita e formal, e a implícita e informal.

Segundo Giroux (1986), todas as discussões em torno do papel implícito e explícito da escolarização, chegam a diferentes conclusões, mas todos compartilham as ideias de que as escolas não ensinam apenas os alunos a leitura, a escrita, os cálculos, entre outros conteúdos, mas que elas são também agentes de socialização e sendo um espaço social, tem um duplo currículo, o explícito e formal, e o oculto e informal.

O currículo oculto é geralmente associado as mensagens de natureza afetiva, como atitudes e valores, porém não é possível separar os efeitos destas mensagens das de natureza cognitiva. Diante dessas ideias encontramos nos Parâmetros Curriculares Nacionais referências sobre tais observações quando se propõe que a escolarização vai além dos conteúdos para a construção da cidadania do papel social e da criança enquanto cidadã. O currículo oculto está diretamente associado às normas de comportamento social como as de concepções de conhecimentos, que são ligadas as experiências didáticas.

Dessa forma, o currículo oculto, além de ter toda a característica de uma sala de aula que proporciona a socialização, é também a maneira como o professor ensina, toda a experiência que ele adquiriu ao longo de sua vida profissional, interfere no jeito de ensinar e isso faz com que ele saiba a melhor maneira de ensinar.

De acordo com Silva (2009, p.78):

O currículo oculto é constituído por todos aqueles aspectos do ambiente escolar que, sem fazer parte do currículo oficial, explícito, contribuem, de forma implícita para aprendizagens sociais relevantes [...] o que se aprende no currículo oculto são fundamentalmente atitudes, comportamentos, valores e orientações.

Diante de tais definições identifica-se o currículo oculto presente em várias situações do cotidiano escolar. Acontecem todos os dias na escola episódios de organização escolar; de compreensão dos atrasos dos alunos; do pedido de desculpas ao pedido de licença quando se chega atrasado são exemplos do currículo oculto. De acordo com Silva (2009, p. 79), “O currículo oculto ensina, ainda, através de rituais, regras, regulamentos, normas. Aprende-se também através das diversas divisões e categorizações explícitas ou implícitas próprias da experiência escolar”.

Já em outro contexto educativo, o ambiente hospitalar, o currículo oculto é ainda mais evidente, quando tratamos do acompanhamento escolar da criança hospitalizada trabalhamos conceitos de otimismo, fé, dedicação, superação, etc. Há em cada aluno um processo de recuperação escolar e de autoestima que não fazem parte do currículo escolar. Cada atividade é pensada e preparada para ampliar as possibilidades de construção e reconstrução dos conceitos de vida e cidadania.

Certamente o educar tem muito de oculto, pois as atitudes, os exemplos dados pela postura do professor contribuem e muito para a formação de cada criança, adolescente, jovem ou adulto.

Se um determinado currículo orienta a ação pedagógica, ele deve expressar os interesses dos educadores e educandos: oferecer os conhecimentos necessários para a compreensão histórica da sociedade; usar metodologias que deem voz a todos os envolvidos nesse processo e adotar uma avaliação que encaminhe para a emancipação.

6 | OS PRINCÍPIOS DA ADAPTAÇÃO CURRICULAR E A EDUCAÇÃO HOSPITALAR

Pensar em currículo e sua adaptação para o educando internado requer muitas considerações, primeiro o tipo de adaptação, o aluno para quem tal rol de conteúdos será adaptado e a real necessidade de adaptação dos conteúdos.

Para realizar a adaptação os professores devem estar atentos ao período do ano letivo em que o aluno está elegendo os objetivos e conteúdos mais significativos em cada área de conhecimento, baseando-se nas informações colhidas na escola de origem e nos conteúdos estruturantes relacionados nas Diretrizes Curriculares Estaduais ou Municipais (muitos municípios atendem todo o Ensino Fundamental).

Dessa maneira, o professor estará assegurando ao aluno, no momento em que voltar a frequentar a escola, que tenha atingido o objetivo pedagógico daquele período em que esteve ausente do processo de ensino e aprendizagem, podendo assim dar continuidade aos estudos, acompanhando as aulas normalmente com seus colegas de sala de aula, com o menor prejuízo possível no alcance dos objetivos e conteúdos propostos pelo ambiente escolar de origem da criança.

Com relação às adequações de objetivos e conteúdos, os itens devem considerar as peculiaridades individuais do aluno, variando a temporalidade dos objetivos, conteúdos e critérios de avaliação de maneira que se considere a possibilidade do aluno em atingir tais objetivos em um determinado período de tempo diferenciado dos demais alunos de sua classe.

No ambiente hospitalar as adaptações mais comuns são a adaptação de pequeno porte, que são modificações promovidas no currículo, pelo professor, de forma a permitir e promover a participação produtiva dos alunos que apresentam necessidades especiais no processo de ensino e aprendizagem, na escola regular, juntamente com seus parceiros.

As adaptações de pequeno porte são definidas pelo MEC, como reponsabilidade do professor e envolvem diretamente as condições de aprendizagem:

São denominadas de Pequeno Porte porque sua implementação encontra-se no âmbito de responsabilidade e de ação exclusivos do professor, não exigindo autorização, nem dependendo de ação de qualquer outra instância superior, nas áreas política, administrativa e/ou técnica. Compreendem modificações menores, de competência específica do professor. Elas constituem pequenos ajustes nas ações planejadas a serem desenvolvidas no contexto da sala de aula. (BRASIL, 2000, p. 08).

A adaptação deve ser feita tomando como base nas orientações do MEC e em outros documentos oficiais que orientam o atendimento de crianças em situação especial, seja ela temporária ou permanente.

Para o MEC, ao planejar as adaptações curriculares e os tipos de suporte a serem disponibilizados ao aluno os seguintes itens devem ser observados:

- partir sempre de um estudo de caso interdisciplinar, que considere todos os aspectos relevantes da vida do aluno identifique suas necessidades educacionais especiais e indique as adaptações importantes para seu atendimento;

- buscar, ao máximo, um processo educativo pautado no currículo regular;
- evitar afastamento do aluno das situações normais da ação educativa e de seu grupo de colegas, assegurando sua participação no contexto sociocultural de sua sala de aula e de sua escola;
- criar ambiente favorável à aprendizagem do aluno, à sua integração social e autonomia moral e intelectual. (BRASIL, 2006, p. 183).

Outro item importante apontado pelo Ministério da Educação e Cultura - MEC, enfatiza que a proposta pedagógica, bem como as adequações e as complementações curriculares serão elaboradas com todas as pessoas envolvidas no processo de desenvolvimento, aprendizagem e integração escolar do aluno neste caso todos que atendem a criança no contexto hospitalar.

O atendimento às necessidades educacionais especiais do aluno é de responsabilidade de todos: Direção escolar, Coordenação técnica, professor do ensino regular, professor especialista, ou professor de apoio e, principalmente, da família, como parceira eficiente para explicitar essas necessidades.

A adequação e a complementação curricular para a educação do aluno em situação especial requerem, muitas vezes, um conjunto de experiências de avaliação do seu desenvolvimento integral, do seu processo de aprendizagem, da metodologia utilizada e dos recursos materiais disponíveis, ou ainda não disponíveis no sistema escolar.

Daí a função da Instituição Escolar, de buscar a articulação nas diferentes esferas do ensino público e a parceria com serviços e instituições não governamentais da comunidade que possam dar suporte, apoio e orientação para adaptação e complementação curricular.

A articulação ou integração entre Escola – Família – Comunidade garantirá a melhoria da qualidade de vida e da educação das crianças. (BRASIL, 2006, p. 184.).

Para ação de um programa de atendimento educacional a alunos hospitalizados, oriundos de diversos estabelecimentos de ensino, em diferentes estágios do processo de ensino e aprendizagem, é necessário que se tenha clareza quanto às condições em que se dará este atendimento, uma vez que outros aspectos, além do educacional, estarão em evidência, tendo em vista o tempo e os espaços peculiares da realidade do ambiente hospitalar.

Cabe ao professor considerar que um aluno nunca é igual a outro, perceber o potencial de cada um e atingir um desafio contínuo que muitas vezes parece mais difícil do que trabalhar com uma classe regular e mais ou menos homogênea. Para chegar às adaptações e ter sucesso, além de estudar muito e se aprimorar sempre, é necessário saber ser flexível e principalmente contar com o apoio e saber da coordenação pedagógica e de colegas no momento de encontrar novas formas de ensinar. A tarefa de planejar se torna imprescindível quando temos com necessidades educacionais de atendimento diferenciado e ou especializado.

De acordo com os documentos oficiais do MEC – Política Nacional de Educação

Especial (1994); Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Parecer CNE/CEB n.017/2001; Adaptações Curriculares e Projeto Escola Viva –, há a necessidade de adaptar o espaço, o tempo, o conteúdo e os recursos de aprendizagem para garantir o acesso e a permanência de todos os alunos na escola. Ainda de acordo com os documentos citados, as principais adaptações voltadas a alunos com necessidades educacionais especiais no âmbito escolar, tem a função de favorecer o processo educativo, indicando caminhos para que a inclusão aconteça.

Os quatro aspectos mencionados podem ser compreendidos ao pensarmos na Educação Hospitalar e nos elementos estruturais que precisam ser considerados para que a prática educativa ocorra no hospital. É importante reconhecer no hospital um ambiente diferenciado, capaz de gerar aprendizagem; considerar o tempo de estar hospitalizado e o tempo de desenvolvimento das atividades educativas; Adequar o programa previsto no currículo ou o planejamento de cada aula com o objetivo de garantir que estudantes hospitalizados possam ter acesso a esse currículo; promover uma busca de materiais didáticos ou de outras estratégias para ensinar determinados conteúdos, facilitando, propiciando e favorecendo a aprendizagem.

7 | ADAPTAÇÃO CURRICULAR: FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO HOSPITALAR

A Educação Hospitalar é um campo em construção. Em termos técnicos utiliza-se das ferramentas e mecanismos de ação da educação especial, em termos normativos pauta-se em legislações vigentes. Para a implantação do atendimento a educação hospitalar há em termos nacionais um único documento lançado pelo Ministério da Educação em 2002, Classe Hospitalar e Atendimento Domiciliar, que é uma espécie de cartilha contendo 38 páginas em que se propõe descrever estratégias e orientações para implantar o atendimento educacional as crianças e adolescentes em tratamento de saúde.

O Ministério da Educação, por meio de sua Secretaria de Educação Especial, tendo em vista *a necessidade de estruturar ações políticas de organização do sistema de atendimento educacional* em ambientes e instituições outros que não a escola, resolveu *elaborar um documento de estratégias e orientações que viessem promover a oferta do atendimento pedagógico em ambientes hospitalares e domiciliares* de forma a assegurar o acesso à educação básica e à atenção às necessidades educacionais especiais, de modo a promover o desenvolvimento e contribuir para a construção do conhecimento desses educandos. (BRASIL, 2002, p. 07 – grifos nossos).

Embora o texto introdutório deixe claro as intenções do documento, que são de estruturar políticas de organização de um sistema de atendimento educacional e elaborar orientações para que o atendimento ocorra, o que se percebe na prática é uma fragilidade muito grande, pois o documento não tem força de lei e suas ações se diluem no sistema de ensino.

Apesar de ser chamada pelo Ministério da Educação (2002) tecnicamente,

de "classe hospitalar", a aula no ambiente hospitalar é individual, nos leitos ou em salas cedidas pela unidade de Saúde. Diferentemente de uma escola regular (onde é possível fazer atividades de longa duração), cada tarefa precisa ter início, meio e fim no mesmo dia. A carga horária também muda. O educador pode iniciar uma conversa e, em instantes, ter de parar devido a uma indisposição. O indicado é que o aluno consiga ter acesso ao mesmo conteúdo e, na medida do possível, a mesma carga horária da escola regular. Mas, com o sobe e desce do tratamento, isso nem sempre é possível.

Para quem busca a Educação Hospitalar, o MEC sugere articular a programação de atendimento em dois momentos. No primeiro, o docente trabalha com os conteúdos definidos num currículo próprio, geral, que tem por base os PCN e, num segundo momento, o trabalho segue com os conteúdos escolares solicitados e devidamente adaptados.

Outro detalhe importante relacionado à escolarização hospitalar e à adaptação dos conteúdos é que além de permitir que o aluno internado não perca tempo nos estudos e continue acompanhando o currículo de sua escola, as atividades nas classes hospitalares são apontadas por estudos como aliadas da recuperação clínica dos estudantes.

Há ainda um outro detalhe, diretamente relacionado à volta para a escola, e que precisa ser pensado com antecedência e levar em conta eventuais adaptações estruturais quando necessárias. A organização bem feita de uma pasta ou arquivo, com toda a documentação e tarefas realizadas no período de internação, também é essencial. Nela devem ser reunidos os exercícios feitos, os exames aplicados e os relatórios com a carga horária total do atendimento, os conteúdos abordados e as principais dificuldades encontradas, inclusive com as observações feitas pelo docente e parecer descritivo das atividades e conteúdos desenvolvidos no ambiente hospitalar que irão orientar a escola no retorno do aluno e na continuidade do processo educativo.

Na escolarização do aluno hospitalizado, a atenção do professor deve ser objetivo pedagógico, ou seja, não permitir que esse aluno seja prejudicado em seu processo de aprendizagem pelo fato de ter que se ausentar da escola em virtude de internamento para tratamento de saúde. Dessa forma, é preciso discutir o currículo e as adaptações que devem ser feitas neste para possibilitar que o aluno tenha continuidade de seus estudos e ao mesmo tempo que cuida de sua saúde.

Para tanto, o professor da Educação Hospitalar precisa ter clareza do currículo, do conteúdo de cada disciplina e do que é essencial para que seja trabalhado no contexto hospitalar com o aluno.

Segundo Covic e Oliveira (2011, p.84), na Educação Hospitalar "as práticas cotidianas escolares são pensadas com dualismo: há um "caráter curricular da escola de origem dos estudantes e um caráter do currículo hospitalar". Assim há a necessidade de um entrecruzamento e de uma adaptação para buscar a essência do que de fato precisa ser apreendido e ensinado na comunidade hospitalar.

No entanto, essa organização curricular precisa considerar mais do que em qualquer outro espaço as necessidades de aprendizagem do estudante. Há todo um campo contextual que precisa ser considerado para que se possa definir os conteúdos e o currículo do estudante na educação hospitalar.

O currículo da Educação Hospitalar é um currículo aberto e deve ser pensado na perspectiva de cada criança, ou seja, ele é focal visa o caráter qualitativo da prática educativa. Ocorre a partir das necessidades mais imediatas de aprendizagem e vai se ampliando até estabelecer conexão com o um currículo escolar ou com um currículo mínimo prescrito oficialmente.

Nessa perspectiva, cabe ao professor, na interação com o aluno, a investigação, a observação, as anotações e a identificação das necessidades de aprendizagem de cada criança para então definir um currículo e os conteúdos que serão trabalhados com cada estudante.

Para Covic e Oliveira (2011), “o currículo não pode ignorar nem as identidades que estão em conflito todos os dias na escola, nem os poderes da tradição e da inovação que ele guarda”. Assim, construir um currículo para a criança e adolescente da educação hospitalar é trabalhar numa relação triangular entre o currículo específico da educação hospitalar, o currículo encaminhado pela escola de origem (oficialmente prescrito) e o currículo que emerge das práticas sociais.

O currículo específico da Educação Hospitalar precisa ser desafiador, crítico, criativo e motivador das conexões com a vida. Ele propõe vários olhares para uma mesma situação curricular e experimenta as possibilidades desse currículo, para apropriação do saber, seja ele escolar, multicultural ou da saúde.

Assim, o currículo da educação hospitalar é ou precisa ser um currículo real que tem impregnado em si o cotidiano, o contexto e a prática social. É um currículo que considera todas as situações de escolarização ao mesmo tempo que se integra a dinâmica da comunidade hospitalar em que se insere.

O currículo da Educação Hospitalar compreende a sutileza das relações estabelecidas e contempla o papel de todos no desenvolvimento dos processos de ensino – aprendizagem. A comunicação é o centro dessa relação ela imprime a cada pessoa o papel de sujeito ativo, do seu processo de formação e do processo de formação do outro. É preciso reconhecer e respeitar os diferentes tempos dos sujeitos, procurando estabelecer relações necessárias à constituição de conhecimentos e valores. Isto se conquista por meio da interação relacionada ao eu e ao outro na mediação. Para Freire (1994, p. 33):

O ato de aprender está diretamente relacionado à função social que o sujeito exerce e às experiências individuais, intimamente relacionadas com o modo de pensamento que o sujeito possui, portanto, aprender não é “repetir a lição” memorizada mecanicamente, vai muito além.

A estruturação de um currículo para cada aluno contemplando a sua realidade se torna mais ampla em termos educacionais por que relaciona o conteúdo com a

realidade vivenciada aproxima-se aí a Educação Hospitalar e a educação da escola de origem.

Na Educação Hospitalar: “o currículo compreende conhecimentos, ideias, valores, concepções, teorias, artefatos, procedimentos, competências e habilidades dispostas em núcleos de conhecimento [...]. Que se organizam em “função das situações de ensino e das especificidades dos alunos” (COVIC; OLIVEIRA, 2011).

Desse modo, o currículo é fruto da ação coletiva, ao apresentar-se como elemento gerado das muitas ações de vários sujeitos. É crítico, pois reflete o modo de pensar de uma certa coletividade e discute o que lhe cabe. É criativo ao proporcionar diferentes possibilidades de ação e interação. É cooperativo, já que conta com a participação do estudante, dos familiares, dos professores da Educação Hospitalar, da escola de origem e muitas vezes da equipe de saúde que acompanha a criança/adolescente. É, portanto, organizado e planejado para cada estudante, visando metas pontuais centradas num processo de desenvolvimento crítico e emancipatório.

8 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos estudos apresentados entendemos que na Educação Hospitalar o conceito curricular que melhor define os processos educativos é o conceito de currículo aberto, pois esse modelo reconhece todos os sujeitos envolvidos no processo educativo, valorizando-os; tem o currículo como instrumento e meio de ação educativa; concebe a educação como mediação de conhecimentos entre professor e estudantes; valoriza a criatividade e o descobrimento de novas possibilidades; contempla diferentes espaços de formação e interação, dando importância ao contexto dos processos de aprendizagem, descoberta e ação. Assim, o currículo deve ser pensado na perspectiva de cada criança, ou seja, ele é focal visa o caráter qualitativo da prática educativa. Ocorre a partir das necessidades mais imediatas de aprendizagem e vai se ampliando até estabelecer conexão com o um currículo escolar ou com um currículo mínimo prescrito oficialmente.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. **Educational and Curricular Restructuring and the Neo-liberal and Neo-conservative Agendas**: Interview with Michael Apple. Disponível em: Currículo sem Fronteiras, v.1, n.1, pp. i-xxvi, Jan/Jun 2001.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: edições 70, 2011. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro.

BRASIL.MEC, SEESP. Projeto Escola Viva. **Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola**. Alunos com necessidades especiais, nº. 5 – Adaptações de Grande Porte. Brasília, 2000.

_____.MEC, SEESP. Projeto Escola Viva. **Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos**

na escola. Alunos com necessidades especiais, nº. 6 – Adaptações de Pequeno Porte. Brasília, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei no 10.172, de 09 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

BRASIL. Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. **Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.** Guatemala: 2001.

_____. Ministério da Educação. **Classe hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar: estratégias e orientações.** Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC; SEESP, 2002.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Ministério da Educação e Cultura. SECADI. Brasília, MEC, 2006.

COVIC, Amália Neide. OLIVEIRA, Fabiana Aparecida de Melo. **O Aluno Gravemente Enfermo.** São Paulo: Cortez, 2011.

FREIRE, Paulo. **Professora Sim, Tia Não – cartas a quem ousa ensinar,** 4 a ed. São Paulo: Olho d'Água, 1994.

GIROUX, H. **Teoria crítica e resistência em Educação.** Petrópolis: Vozes, 1986.

GOMES, Nilma Lino. **Indagações sobre currículo: diversidade e currículo.** Organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

LIBÂNEO, J.C. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática,** 5. ed. Goiânia, Alternativa, 2004.

MOREIRA, Antônio Flavio Barbosa e Candau, Vera Maria. **Indagações sobre Currículo: currículo, conhecimento e cultura.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. 48 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag5.pdf>

SACRISTAN, J. Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática.** 3ª ed. Porto Alegre, Artmed, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo.** Belo Horizonte: Autêntica. 2009.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-381-1

